

MERCADOS



Bolsa retoma nível dos 134 mil pontos, o maior desde setembro de 2024

CAROLINE ARAGAKI/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) alcançou o seu maior nível de fechamento desde 17 de setembro de 2024 ao subir 1,79%, aos 134.580,43 pontos, a partir da junção de apetite a risco global e fechamento da curva de juros doméstica. Foram ao menos três fatores positivos: reunião entre Estados Unidos e China, conforme mencionada pelo presidente Donald Trump; expectativa de que a segunda maior economia do mundo fará mais estímulos, o que pode apoiar preço das commodities; e comunicação mais dovish do diretor de Política Econômica do BC, Diogo Guillen.

O rali se acentuou no início da tarde, quando Guillen mencionou que a moderação da atividade econômica, como está no cenário-base da autarquia, é importante para a convergência da inflação em direção à meta. Com isso, os juros futuros recuaram mais de 20 pontos-base no vértice intermediário e longo, impulsionando as ações cíclicas para liderar o campo de

altas, como Hypera (+12,27%, apesar de balanço considerado fraco), Magazine Luiza (+10,80%) e Petz (+9,65%).

Este raciocínio ajudou o setor de mineração e siderurgia a performar bem, apesar do leve recuo do minério de ferro hoje. O rali do Ibovespa (Índice Bovespa) só não foi mais expressivo porque a blue chip Petrobras cedeu 0,46% (PN) e 0,73% (ON), com ruídos em relação à falta de reajuste no preço da gasolina e pelo impasse na tentativa de explorar a Margem Equatorial

DÓLAR

O dólar caiu ontem, pelo quinto pregão consecutivo em relação ao real e fechou abaixo da linha de R\$ 5,70, em meio à expectativa crescente de arrefecimento da guerra comercial.

Com mínima a R\$ 5,6634, o dólar à vista encerrou a sessão de ontem em baixa de 0,49%, cotado a R\$ 5,6912. A moeda americana já acumula perda de 1,94% em relação ao real na semana. Após recuar nos últimos cinco pregões, a divisa passou a apresentar leve queda em abril (0,25%).

2024

Faturamento do setor de panificação cresce 11%

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

O faturamento do setor de panificação alcançou R\$ 153,3 bilhões em 2024, um aumento de 10,9% em relação ao ano anterior. Os dados são do Instituto de Desenvolvimento das Empresas de Alimentação (Ideal).

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria da Panificação e Confeitaria (Abip), o resultado está ligado ao aumento do fluxo de clientes nas padarias, que cresceu cerca de 4,57% no ano passado.

"A padaria voltou a ser o local para refeições rápidas, encontros e até reuniões de trabalho. Alcançamos um crescimento fantástico, pois foi qua-

se quatro vezes maior que a performance do ano passado [2023] e reforça o quanto a padaria retomou seu posicionamento como um espaço versátil de serviços", destacou Emerson Amaral, da Abip.

A Região Norte do país liderou o crescimento do faturamento do setor em 2024, com um aumento de 16,3%. Já o Sudeste, região onde se concentra o maior número de empresas, cresceu 8,8%.

A cidade de São Paulo permaneceu sendo a capital com maior número de estabelecimentos (21.358), seguida por Rio de Janeiro (12.191), Belo Horizonte (4.809), Brasília (4.723) e Salvador (4.005).

BANCO CENTRAL

Consumo de famílias recua no 4º trimestre

CÍCERO COTRIM E AMANDA PUPO/AE

O diretor de Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos Corporativos do Banco Central, Paulo Picchetti, observou, em palestra ontem, que a desaceleração do indicador de consumo no Brasil no quarto trimestre é um dos primeiros sinais ainda incipientes de arrefecimento da atividade econômica, embora ainda exista incerteza sobre esse comportamento. Em evento do Itaú em Washington, nos Estados Unidos, ele lembrou também que o PIB do País tem surpreendido positivamente nos últimos anos, com expectativas sendo consistentemente revistas. Sobre o hiato de produto, ele observou o indicador está positivo,

mas que o Banco Central prevê que ele vai se tornar negativo ao longo do tempo, o que envolve um cenário básico de desaceleração da economia. "Esse é um dos principais pontos para prestar atenção como irá se desenvolver, se transmite a mudança de atividade para os preços", disse Picchetti. Ele também destacou que os números do IBC-Br e do Monitor do PIB mostraram uma discrepância novamente nos dados de fevereiro. Outro ponto observado foi que a dispersão das projeções de PIB no mercado para este ano cresceu. Algo que mebeu com as expectativas foi o resultado de dezembro, que surpreendeu positivamente e fez com as casas revisassem as previsões da economia brasileira neste ano para cima.

FBCF

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A formação bruta de capital fixo (FBCF) da economia brasileira cresceu 6,9% em 2024, se comparada com o ano anterior, apurou e divulgou na quarta-feira passada o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O indicador representa o volume de investimentos direcionados para ativos produtivos, como máquinas e equipamentos.

O desempenho de 2024 é o melhor desde 2021, quando a FBCF apresentou ampliação de 19,03% sobre o ano de 2020, o mais impactado pela pandemia de Covid-19.

Para chegar a esse número, o Ipea busca informações sobre investimentos em máquinas, equipamentos e obras produtivas em todo o país. Em 2023, o resultado anual representou uma queda de 2,65% em relação a 2022.

O Indicador Ipea de Investi-

mento Líquido e Estoque de Capital é apurado mês a mês. Em dezembro de 2024, os investimentos apresentaram evolução de 1,5% ante dezembro do ano anterior, maior resultado desde 2014. Em 2023, o aumento havia sido de 0,6%.

O Ipea contextualiza que o resultado positivo de dezembro de 2024 apresenta ritmo de crescimento inferior ao observado nas fases de maior dinamismo da década de 2000, quando a taxa chegou a 3,6% no pico em 2011.

O documento elaborado pelos pesquisadores Marco Cavalcanti, Bruno Cordeiro e Felipe Cornelio nota que no ciclo de 2020 a 2024, os quatro primeiros anos (até 2023) o estoque de investimentos foi puxado pela construção, enquanto o setor de máquinas e equipamentos apresentava recuo. Já em 2024, a evolução dos investimentos contou com contribuição relevante de todas as categorias, mas especialmente do setor de máquinas e equipamentos.

BAHIA E SERGIPE

Petrobras avança em acordo para reassumir fábricas de fertilizantes

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A Petrobras confirmou que autorizou acordo para reassumir a posse e a produção de duas fábricas de fertilizantes, na Bahia e em Sergipe, que estão paradas desde 2023. As duas unidades estão arrendadas à iniciativa privada desde 2020.

A confirmação da estatal foi feita por meio de comunicado ao mercado referente a uma consulta da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre notícia divulgada pelo jornal O Estado de S. Paulo, no último sábado. A CVM é uma autarquia ligada ao Ministério da Fazenda e tem, entre outras funções, a de fiscalizar o mercado de valores, protegendo os investidores.

Na resposta, a Petrobras informa que o Conselho de Administração da companhia autorizou celebração de acordo para encerrar "controvérsias contratuais e litígios" com a Proquigel, restabelecer a posse e retomar as atividades nas fábricas de fertilizantes de Camaçari (BA) e Laranjeiras (SE).

A Proquigel é uma subsidiária da Unigel, uma das maiores empresas químicas do país, que tem fábrica também no México.

FIM DA DISPUTA

Segundo a Petrobras, o acordo tem o objetivo de "alcançar

uma solução definitiva, rentável e viável para o suprimento de fertilizantes ao mercado brasileiro".

O comunicado afirma que o acordo precisa ainda de aprovação da Proquigel. Após isso, continua a estatal, será realizada uma licitação para contratação de serviços de operação e manutenção das duas fábricas.

O Conselho de Administração condicionou ainda o negócio ao cumprimento de condições precedentes, não detalhadas no comunicado ao mercado.

Concretizado o negócio, ambas empresas abrirão mão de disputas contratuais em Tribunal Arbitral (forma alternativa de resolução de conflitos, que resolve disputas por meio de arbitragem, utilizando árbitros em vez de juízes).

RETOMADA

As duas fábricas foram arrendadas pela estatal em 2019, mas estão paradas desde 2023 por causa de dificuldades financeiras. A busca pelo acordo de retomada segue, segundo a Petrobras, o plano de negócios da companhia, que prevê "capturar valor com a produção e a comercialização de produtos nitrogenados, conciliando com a cadeia de produção de óleo e gás natural e a transição energética".

Os fertilizantes nitrogenados, como ureia, são bastante usados por produtores agrícolas. Para a

produção dos fertilizantes, é preciso matéria-prima resultante do gás natural, produzido pela Petrobras.

O Brasil é um dos principais consumidores de fertilizantes do mundo e importa cerca de 80% do volume que utiliza. Na primeira entrevista após assumir o cargo, em maio de 2024, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, manifestou o interesse da estatal em investir na produção doméstica do insumo agrícola.

Em agosto do ano passado, a Petrobras reativou a fábrica de fertilizantes Araucária Nitrogenados S.A. (Ansa), no Paraná, em cerimônia que contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A unidade estava fechada desde 2020.

EMPREGOS

A Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados de Sergipe (Fafen-Se) tem capacidade instalada de produção de 1,8 mil toneladas de ureia por dia e pode comercializar amônia, gás carbônico e sulfato de amônio. A Fafen-BA possui capacidade instalada de produção de ureia de 1,3 mil toneladas por dia, e pode comercializar amônia, gás carbônico e agente redutor líquido automotivo (Arla 32).

A Federação Única dos Trabalhadores (FUP), que representa sindicatos ligados à Petro-

bras, emitiu ontem nota em que comemora a aprovação do Conselho de Administração.

"Será consolidada a volta da Petrobras ao setor de fertilizantes, contribuindo para o abastecimento interno do insumo", registra a entidade, que afirma ter participado de um grupo de trabalho (GT) sobre fertilizantes na empresa.

"Serão [criados] cerca de 2,4 mil empregos diretos e indiretos nas duas fábricas", estima a FUP, que acredita que as operações podem ser retomadas a partir de outubro.

Os petroleiros apontam também relação entre a interrupção da produção das duas fábricas e a necessidade de importação de fertilizantes do Leste Europeu (onde acontece a invasão da Ucrânia pela Rússia) com o preço de alimentos. A Rússia é um dos principais exportadores para o Brasil.

"Enquanto a produção nacional de fertilizantes tem sua retomada atrasada, os alimentos são diretamente impactados, pois, com a escassez do insumo e consequente alta dos preços, tanto o médio produtor quanto a agricultura familiar perdem em produtividade e capacidade de expandir e ofertar alimentos com custos finais condizentes com o poder de compra do consumidor brasileiro", avalia a FUP.

COMÉRCIO EXTERNO

Exportação de frutas cresce 26% no primeiro trimestre de 2025

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O volume de exportação de frutas do país no primeiro trimestre deste ano cresceu 26% em relação ao mesmo período de 2024, informou a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Segundo o 4º Boletim do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort), divulgado ontem, no período de janeiro a março foram exportadas 301 mil toneladas de frutas. O faturamento foi US\$ 311 milhões, aumento de 7% em relação ao primeiro trimestre de 2024 e de 23% em relação ao mesmo período de 2023.

Os principais estados exporta-

dores foram o Rio Grande do Norte, Ceará, São Paulo e Pernambuco, e os principais compradores: Países Baixos, Reino Unido e Espanha, e as frutas mais exportadas foram melões, melancias, limões e limas, mangas e bananas.

"O ano foi iniciado de forma bastante promissora, com boas vendas para a Europa e Ásia. Faturamento e volume acima dos anos anteriores. Além de comercialização destacada para as minielancias potigüares e, principalmente, para os melões, mas também de limões e limas", informou a Conab.

As vendas externas da banana no primeiro trimestre de 2025 tiveram um volume de 15,7

mil toneladas, 131,2% maior em relação ao mesmo período do ano anterior.

Já a melancia apresentou um aumento de 90% em relação ao primeiro trimestre de 2024, com um volume exportado de 53 mil toneladas e faturamento no trimestre de US\$ 32,1 milhões; 91% maior em relação ao primeiro trimestre do ano passado.

As vendas externas de maçã registraram 2,57 mil toneladas, no primeiro trimestre de 2025. O resultado é 85,6% maior que o registrado em relação ao mesmo período ano anterior. O faturamento trimestral foi US\$ 2,8 milhões, 93,6% acima na comparação com o mesmo período do

ano passado.

As maçãs miúdas foram a principal categoria dessas frutas comercializadas, devido a serem bastante procuradas principalmente por países asiáticos

No caso do mamão, as exportações no primeiro trimestre de 2025 tiveram um volume de 13,36 mil toneladas, crescimento de 28,2% em relação ao mesmo período de 2024. Já o faturamento foi US\$ 17,1 milhões, alta de 31%.

O boletim mostra que as vendas externas de laranja no primeiro trimestre de 2025 tiveram um volume de 125,7 toneladas, 52% inferior em relação ao mesmo período de 2024. Além disso, o compilado no mês corrente foi menor 68% na comparação com março do ano passado 2024.

Já as importações das frutas comercializadas pelas Ceasas analisadas nesse boletim foram de 1,15 mil toneladas, alta de 9,5% no que diz respeito a fevereiro de 2025.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO
NACIONAL
DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

Seguro Empresarial: proteção essencial para pequenos negócios

POR BÁRBARA SOUZA

No Brasil, onde cerca de **30% das pequenas empresas fecham antes de completar cinco anos** (dados do Sebrae), a falta de planejamento para imprevistos é um dos principais fatores de insucesso. Nesse contexto, o seguro empresarial surge como uma ferramenta estratégica para mitigar riscos e garantir a continuidade dos negócios.

Paulo Avelar, especialista do setor e franqueado de uma seguradora, explica por que essa proteção vai além de um custo, sendo considerada na realidade, um investimento na sustentabilidade do negócio.

Um dos motivos é a possibilidade de acidentes ou intercorrências que afetem diretamente o desenvolvimento da empresa, como incêndios, roubos e interrupções de atividades, que estão entre as maiores ameaças aos pequenos negócios.

Segundo a **Confederação Nacional de Seguros (CNSeg)**, em 2023, **40% das indenizações para pequenas empresas** estavam relacionadas a sinistros como incêndios e danos elétricos. Diante dessa realidade, Paulo destaca que a proteção vai além das coberturas básicas:

"O Seguro Empresarial é desenvolvido para quem deseja proteger seu patrimônio. Além de in-

cêndio, raio ou roubo, há coberturas essenciais, como pagamento de alugueis, ruptura de tubulações e vidros. Para pequenas empresas, que já trabalham com o caixa apertado, ter essa proteção traz tranquilidade em momentos difíceis".

Seguro como investimento, não custo

Muitos empresários ainda enxergam o seguro como uma despesa dispensável. No entanto, dados da **Susep (Superintendência de Seguros Privados)** mostram que **60% das pequenas empresas que sofrem grandes sinistros sem cobertura não se recuperam**. Avelar faz uma analogia para reforçar a importância do tema:



Em entrevista ao Diário do Acionista, especialista do setor alerta que medida pode contribuir na gestão de pequenas empresas

"O Seguro Empresarial está para as empresas assim como o plano de saúde está para as pessoas. Ninguém quer usar, mas quando precisa, é um alívio saber que está protegido sem custos extras."

Coberturas além do básico

Setores como comércio, serviços e indústria têm vulnerabilidades específicas. Avelar recomenda atenção a coberturas adicionais:

"Todas as coberturas são necessárias, mas algumas são indispensáveis, como responsabilidade civil e proteção aos bens do segurado. Para quem está começando ou tem um negócio pequeno, essas são as bases de um seguro ideal."

De acordo com a **CNSeg**, seguros que incluem **responsabilidade civil** têm crescido **15% ao ano** entre micro e pequenas empresas, refletindo a conscientização sobre riscos jurídicos e operacionais.

Por isso, em um cenário de incertezas, o seguro empresarial é um pilar para a resiliência dos pequenos negócios, já que ajuda os empresários a se preparar e se recuperar em casos de problemas de grande porte e impacto. Como ressalta Avelar, a proteção adequada não é um gasto, mas uma garantia de que o empreendimento poderá enfrentar desafios sem comprometer seu futuro.

CELEO BARREIRAS FV IV S.A.

CNPJ nº 47.205.526/0001-71

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro (em Reais)				Demonstrações do resultado				Demonstrações do resultado abrangente			
Exercícios findos em 31 de dezembro (em Reais)				Exercícios findos em 31 de dezembro (em Reais)				Exercícios findos em 31 de dezembro (em Reais)			
Nota	2023	2022		2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa		23.468	49.583								
Títulos e valores mobiliários	5	906.383	835.453								
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.817	-								
Outros ativos		32	32								
Total do ativo circulante		932.700	885.068								
Total do ativo		932.700	885.068								
Impostos e contribuições a recolher		-	7.670								
Dividendos	6 (c)	86.602	18.367								
Total do passivo circulante		86.602	26.037								
Contas a pagar com partes relacionadas		63	63								
Total do passivo não circulante		63	63								
Total dos passivos		86.665	26.100								
Capital social	6 (a)	800.000	800.000								
Reserva de Lucros	6 (b)	46.035	58.967								
Total do patrimônio líquido		846.035	858.967								
Total do passivo e patrimônio líquido		932.700	885.068								
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (em Reais)											
Reservas de lucros											
		Capital Social	Legal	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido				
Saldo em 31 de dezembro de 2022		800.000	293	4.174	-	71.476	804.467				
Lucro líquido do exercício	6 (b)	-	-	-	-	71.476	71.476				
Reserva legal	6 (b)	-	3.574	-	-	(3.574)	(3.574)				
Dividendos mínimos obrigatórios	6 (c)	-	-	-	-	(16.976)	(16.976)				
Dividendos adicionais propostos	6 (b)	-	-	-	50.926	(50.926)	-				
Saldo em 31 de dezembro de 2023		800.000	3.867	4.174	50.926	-	858.967				
Transferência para dividendos a pagar	6 (b)	-	-	(4.174)	(50.926)	-	(55.100)				
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	55.302	55.302				
Reserva legal	6 (b)	-	2.765	-	-	(2.765)	-				
Dividendos mínimos obrigatórios	6 (c)	-	-	-	-	(13.134)	(13.134)				
Dividendos adicionais propostos	6 (b)	-	-	-	39.403	(39.403)	-				
Saldo em 31 de dezembro de 2024		800.000	6.632	-	-	-	846.035				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											
Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)											
1 Contexto operacional: A Celeo Barreiras FV IV S.A. ("Companhia"), o Real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 4 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. 5 Títulos e valores mobiliários: A Companhia aplicou seus recursos em Certificados de Depósitos Bancário (CDB) no banco Santander Brasil, sendo o rendimento destes títulos atrelados ao depósito Interbancário (DI). A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 99% (98,50% em 2023) do DI com vencimento em dezembro de 2025. 6 Patrimônio Líquido: (a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia é de R\$ 800.000, dividido em 800.000 (oitocentas mil) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma. Todas as ações são detidas pela Celeo Redes Brasil S.A. (b) Reserva de Lucros - i. Reserva Legal - Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de											
2 Base de preparação: Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 17 de abril de 2025. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. 3 Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real brasileiro (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em R\$ e											
ii. Reserva de retenção de lucros - Constituído com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi aprovada a transferência de R\$ 4.174 para pagamento de dividendos. iii. Dividendo adicional proposto - No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi aprovada a transferência de R\$ 50.926 para pagamento de dividendos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi destinado o montante de R\$ 39.403 e R\$ 50.926, respectivamente. (c) Dividendo mínimo obrigatório - O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei nº 6.404/76, sendo que o saldo remanescente terá o destino que lhe for deliberado pela Assembleia Geral.											
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022											
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios											
Aprovação para pagamento de dividendos											
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023											
José Maurício Scovino de Souza											
Marcus Hansen Balata											
Diretor técnico											
Diretor financeiro											
Bruno Marcell S. M. Melo - Contador CRC-RJ 111193/O-8											

CELEO BARREIRAS FV V S.A.

CNPJ nº 46.951.948/0001-23

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro (em Reais)				Demonstrações do resultado				Demonstrações do resultado abrangente			
Exercícios findos em 31 de dezembro (em Reais)				Exercícios findos em 31 de dezembro (em Reais)				Exercícios findos em 31 de dezembro (em Reais)			
Nota	2024	2023		2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa		23.439	49.573								
Títulos e valores mobiliários	5	906.383	835.453								
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.817	-								
Outros ativos		33	32								
Total do ativo circulante		932.672	885.058								
Total do ativo		932.672	885.058								
Impostos e contribuições a recolher		-	7.670								
Dividendos	6 (c)	86.588	18.365								
Total do passivo circulante		86.588	26.035								
Contas a pagar com partes relacionadas		64	64								
Total do passivo não circulante		64	64								
Total dos passivos		86.652	26.098								
Capital social	6 (a)	800.000	800.000								
Reserva de Lucros	6 (b)	46.020	58.960								
Total do patrimônio líquido		846.020	858.960								
Total do passivo e patrimônio líquido		932.672	885.058								
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (em Reais)											
Reservas de lucros											
		Capital Social	Legal	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido				
Saldo em 31 de dezembro de 2022		800.000	293	4.174	-	71.466	804.467				
Lucro líquido do exercício	6 (b)	-	-	-	-	71.466	71.466				
Reserva legal	6 (b)	-	3.573	-	-	(3.573)	(3.573)				
Dividendos mínimos obrigatórios	6 (c)	-	-	-	-	(16.974)	(16.974)				
Dividendos adicionais propostos	6 (b)	-	-	-	50.919	(50.919)	-				
Saldo em 31 de dezembro de 2023		800.000	3.866	4.174	50.919	-	858.960				
Transferência para dividendos a pagar	6 (b)	-	-	(4.174)	(50.919)	-	(55.093)				
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	55.284	55.284				
Reserva legal	6 (b)	-	2.764	-	-	(2.764)	-				
Dividendos mínimos obrigatórios	6 (c)	-	-	-	-	(13.130)	(13.130)				
Dividendos adicionais propostos	6 (b)	-	-	-	39.390	(39.390)	-				
Saldo em 31 de dezembro de 2024		800.000	6.630	-	-	-	846.020				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											
Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)											
1 Contexto operacional: A Celeo Barreiras FV V S.A. ("Companhia"), o Real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 4 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. 5 Títulos e valores mobiliários: A Companhia aplicou seus recursos em Certificados de Depósitos Bancário (CDB) no banco Santander Brasil, sendo o rendimento destes títulos atrelados ao depósito Interbancário (DI). A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 99% (98,50% em 2023) do DI com vencimento em dezembro de 2025. 6 Patrimônio Líquido: (a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia é de R\$ 800.000, dividido em 800.000 (oitocentas mil) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma. Todas as ações são detidas pela Celeo Redes Brasil S.A. (b) Reserva de Lucros - i. Reserva Legal - Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor destinado foi de											
ii. Reserva de retenção de lucros - Constituído com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi aprovada a transferência de R\$ 4.174 para pagamento de dividendos. iii. Dividendo adicional proposto - No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi aprovada a transferência de R\$ 50.919 para pagamento de dividendos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi destinado o montante de R\$ 39.390 e R\$ 50.919, respectivamente. (c) Dividendo mínimo obrigatório - O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei nº 6.404/76, sendo que o saldo remanescente terá o destino que lhe for deliberado pela Assembleia Geral.											
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022											
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios											
Aprovação para pagamento de dividendos											
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023											
José Maurício Scovino de Souza											
Marcus Hansen Balata											
Diretor técnico											
Diretor financeiro											
Bruno Marcell S. M. Melo - Contador CRC-RJ 111193/O-8											

DEFESA DO CONSUMIDOR

Procon-SP multa Nestlé em R\$ 13 milhões por propaganda enganosa

O Procon-SP autou a empresa Nestlé por publicidade enganosa. A multa é de R\$ 13 milhões, calculada com base no artigo 56 do Código de Defesa do Consumidor. A empresa de alimentos pode recorrer da decisão.

De acordo com o Procon, a empresa disponibilizou no mercado produtos que “não possuíam ingredientes anunciados na embalagem, caracterizando infração ao Código de Defesa do Consumidor”.

A publicidade supostamente enganosa, de acordo com a entidade de defesa do consumidor, estaria nos rótulos dos produtos Biscoito Nesfit Aveia e Mel e Biscoito Nesfit Leite e Mel, Nesfit Cookie Cacau, Aveia e Mel.

Também foi analisado o produto Mistura de Creme de Leite, cuja composição é Mistura de UHT de Creme de Leite e Soro de leite, e faz parte do pacote de autuações feitas pelo Procon-SP. Para a entidade, “o consumidor foi claramente induzido a erro quanto às características e à composição dos referidos produtos”.

NOTA

Em nota, a Nestlé afirmou que cumpre as legislações vigentes, incluindo as normas relacionadas à rotulagem e comunicação de seus produtos. “Em relação aos itens mencionados, cabe destacar que os biscoitos “Nesfit Aveia e Mel”, “Nesfit Leite e Mel” e “Nesfit Cookie Cacau, Aveia e Mel”

não fazem mais parte do portfólio da empresa, tendo sido descontinuados em 2022. O mesmo ocorre com a “Mistura de Creme de Leite”, que não é comercializada pela companhia desde 2023”.

A empresa disse ainda que vai apresentar defesa às autoridades “reforçando seu compromisso com a ética e a transparência na publicidade de seus produtos, bem como sua atuação em conformidade com os princípios do Código de Defesa do Consumidor.”

PÁSCOA

O Procon-SP também divulgou ontem um balanço das autuações de irregularidades na comercialização de produtos para a Páscoa.

Foram verificados 493 locais, sendo 197 na Capital e 296 em cidades do interior e litoral. Na Capital, foram constatados problemas em 16% dos estabelecimentos visitados (31 de 197 visitados) e nos demais municípios do interior, em 44% (131 de 296 visitados).

Na cidade de São Paulo, os principais problemas constatados pelas equipes foram a ausência de informação do preço, problemas ao informar sobre a presença ou não de glúten.

Nas cidades do interior e litoral, a maior parte das infrações diziam respeito à falta de informação de prazo de validade ou validade vencida, seguida por ausência ou inadequação de informação de preço.

CNJ

Ações judiciais na área da saúde em SP crescem 75%

O acervo de ações relacionadas à saúde em São Paulo, como pedidos de cobertura de tratamentos médicos e fornecimento de medicamentos, aumentou 75% em quatro anos. A informação consta de levantamento do Anuário da Justiça São Paulo 2025, da editora ConJur, com base em dados do DataJud (Base Nacional de Dados do Poder Judiciário), criado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) em 2020.

Em 2024, foram 134 mil demandas relacionadas à saúde nos dois graus de jurisdição, ante 77 mil em 2020. Quase um quarto dessas ações que tramitam em todo o País concentra-se em São Paulo. A cada dez processos relacionados ao direito à saúde distribuídos no último ano, sete foram apresentados em face de operadoras, a maioria por tratamento negado pelas empresas.

As ações mostram que o avanço da judicialização nessa área se deve principalmente à interpretação restritiva dos contratos pelas operadoras. Muitas

atribuem problemas na regulação - é comum a negativa de procedimentos que já estão no rol de oferta obrigatória.

No Tribunal de Justiça de São Paulo, os pedidos que citam planos de saúde por suposta recusa de tratamentos médico-hospitalares subiram da 7ª para a 4ª posição entre os temas mais julgados, ultrapassando litígios clássicos como disputas contratuais. Houve um salto de 34% nesses casos, crescimento bem acima de outras áreas, como ações de consumidores contra bancos.

Os outros 30% dos processos estão relacionados à rede pública, com pedidos de fornecimento de medicações ou cirurgias. Em nível nacional, o crescimento da judicialização da saúde foi de 93% entre 2020 e 2024, com 671 mil ações registradas no ano passado. A maioria (55%) envolve pedidos contra o sistema público.

NOVOS DESAFIOS

A advogada Fernanda Zucare, especialista em Direito do Consumidor, argumenta que o sistema de saúde tem enfrenta-

do muitos desafios, como aumento dos custos, incorporação de novas tecnologias, envelhecimento da população, busca por tratamentos mais eficazes e seguros, além da necessidade de combater fraudes “Some-se a isso a falta de recursos suficientes, o modelo de remuneração baseado em procedimentos, e o crescimento das ações judiciais para garantir atendimentos”, diz Fernanda.

Advogados que atuam na área destacam que o aumento das ações também foi impulsionado pela Lei 14.454/2022, que estabeleceu o rol da ANS como exemplificativo e não exaustivo - obrigando a cobertura de tratamentos não listados, desde que com comprovação de eficácia. No ano seguinte à sanção, o número de ações de saúde em São Paulo saltou 25%.

Para Fernanda Zucare, esse cenário chama a atenção de juízes, gestores públicos e operadoras de planos de saúde, principalmente agora, em um período pós-pandemia, quando, segundo ela, está claro que o sistema precisa de mudanças urgen-

tes para se adaptar a uma nova realidade. “Se essas transformações não forem feitas, a tendência é que o consumidor continue sendo o elo mais frágil de toda essa cadeia”, prevê.

Os casos mais comuns incluem pedidos de home care, medicamentos com canabidiol e uso off label, além de tratamentos para crianças com transtorno do espectro autista (TEA) e preservação de fertilidade para pacientes oncológicos. Menos de 10% das ações envolvem reajuste de mensalidades.

Silvano Furtado, jurista e pesquisador em Direitos Humanos e Neurodiversidade da Universidade de Stanford, considera que esse panorama ‘reforça a insegurança jurídica permitida pela falta de uma diretriz clara de utilização voltada a pessoas autistas’.

“A abertura do rol da ANS foi feita sem a criação de procedimentos que permitam ao judiciário avaliar qualitativamente os tratamentos que devem ser oferecidos pela saúde suplementar”, avalia Furtado.

CASO BRUNA

Polícia investiga se suspeito de matar aluna da USP foi executado pelo PCC

ÍTALO LO RE/AE

Esteliano Madureira, principal suspeito pela morte da estudante Bruna Oliveira da Silva, de 28 anos, foi encontrado morto na noite de quarta-feira passada, na Avenida Morumbi, zona sul de São Paulo. O corpo do homem, que tinha 43 anos, apresentava sinais de tortura em diferentes membros.

Uma das hipóteses da Polícia Civil é que ele tenha sido executado pelo “tribunal do crime” do Primeiro Comando da Capital (PCC), uma espécie de Justiça paralela do crime organizado.

“Talvez seja a principal linha de investigação, ainda não confirmada, mas a gente acredita que ele tenha sido vítima desses tribunais do crime”, afirmou, em coletiva de imprensa, o delegado Rogério Thomaz, chefe da Divisão de Homicídios do De-

partamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

Um dos pontos que sustentam a hipótese é a forma como o corpo do suspeito foi encontrado. Segundo o boletim de ocorrência, ao qual teve acesso o *Estadão*, Madureira estava envolto em uma lona e com as pernas amarradas, arremessado em uma área de mata.

Ele tinha ainda mais de dez lesões “perfuro-contusas” (efetuadas por faca ou outro objeto cortante), em locais como tórax, abdômen e nuca.

“Pela quantidade e natureza das lesões, entendemos que a morte se deu de forma dolorosa, com emprego de tortura”, aponta o boletim de ocorrência.

As investigações indicam que Madureira teria sido levado na última terça-feira, ainda com vida, de Itaquera, região na zona leste em que ele morava e onde

Bruna foi morta, até Paraisópolis, na zona sul. O local fica relativamente próximo de onde o corpo foi deixado.

A polícia havia representado pela prisão temporária de Madureira na noite desta quarta, enquanto ele ainda estava foragido. “Só que, por coincidência, nessa noite também, foi encontrado um corpo desconhecido, e agora, pela manhã, foi identificado que é o corpo do Esteliano”, disse Thomaz.

A Polícia Civil agora busca identificar os autores do crime. A defesa de Madureira não foi localizada até a última atualização desta reportagem.

RELEMBRE O CASO

Bruna foi morta no último dia 13 de abril enquanto caminhava para casa, na saída no terminal de ônibus da estação de metrô Corinthians-Itaquera, após re-

tornar da residência do namorado no Butantã, na zona sul.

O corpo dela foi encontrado no último dia 17, em estacionamento na Avenida Miguel Ignácio Curi, região da Vila Carmosina, zona leste de São Paulo. O corpo estava seminu, com sinais de violência.

VIOLÊNCIA SEXUAL

Imagens de câmeras de segurança mostraram o momento em que um suspeito se aproximou e atacou a estudante da Universidade de São Paulo (USP).

A partir dos registros das câmeras de segurança, a polícia produziu uma imagem com auxílio de inteligência artificial (IA). Essa imagem permitiu, segundo os investigadores, a criação de uma foto e a identificação do suspeito. As informações foram cruzadas com apurações de campo.

CRIME SEM CASTIGO

Agrotóxicos e outros contaminantes em alimentos de crianças

GABRIEL DAMASCENO/AE

Dois estudos conduzidos por pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) detectaram a presença de resíduos de agrotóxicos e micotoxinas - compostos tóxicos produzidos por fungos - em fórmulas infantis. Entre as substâncias encontradas estavam o carbófurano e o metamidofós, que são proibidas no Brasil, além de outros elementos, como fármacos veterinários.

As análises foram publicadas no Journal of Chromatography A e no Journal of Food Composition and Analysis em

maio de 2024 e março de 2025, respectivamente.

As fórmulas infantis são produtos substitutos parciais ou totais do leite materno, destinadas para crianças entre 0 e 36 meses de idade. “Os produtos são feitos (para atender) todas as necessidades de um recém-nascido que não pode se alimentar do leite materno - seja porque a mãe enfrenta dificuldades para amamentar, seja por alguma alergia da criança”, explica Teresa Sena, nutricionista e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGN/UFSC).

REMOÇÃO

Governo negocia 'compensação' a comerciantes da Favela do Moinho

ISABELA MOYA/AE

O governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura da capital anunciaram ontem que irão negociar uma compensação para os 38 comerciantes que têm suas atividades profissionais localizadas dentro da Favela do Moinho, nos Campos Elíseos, a última comunidade ainda de pé no centro de São Paulo.

A Prefeitura diz que houve adesão voluntária de 86% dos moradores da comunidade ao plano de retirada do local, considerado área de risco pelo governo, mas admite enfrentar dificuldades em relação àqueles que têm seus comércios na favela (a maioria também mora no local).

O governo e a Prefeitura não especificaram, porém, de que forma será feita essa compensação. A ideia inicial é que os comerciantes tenham condições para montar seus negócios em outros locais, diz Marcelo Branco, secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

A gestão Tarcísio de Freitas

criará um grupo de trabalho para se reunir com os comerciantes e negociar essas condições. “Iniciam-se a partir de amanhã as negociações individuais para receber esses comerciantes”, disse Felício Ramuth, governador em exercício - Tarcísio está em viagem na Europa.

“Vamos criar condições de auxílio a essas famílias, fazer com que elas tenham oportunidade de continuar com suas atividades comerciais fora da favela. Vamos chamar os comerciantes para ver como podemos colaborar com essas pessoas. Não temos um valor definido. Nossa vontade é proporcionar uma reinserção nas suas atividades comerciais”, afirma Branco.

“Vale lembrar que a maioria dos comerciantes mora ali e será indenizada pelas moradias e beneficiada pelo programa habitacional”, completa Ramuth.

O terreno da Favela do Moinho pertence à União. Em nota, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), por meio da Secretaria de Patrimônio

da União (SPU), disse que está em diálogo com o governo de São Paulo para encontrar uma solução para as mais de 800 famílias que moram na Favela do Moinho.

“Fica claro que a União não concorda com a qualidade de vida das pessoas que vivem lá, precisamos chegar num consenso de projeto. Se a União quiser participar para custear o projeto, estamos abertos, mas se falarem que querem ‘isso’ ou ‘aquilo’ porque são donos da área, isso não cabe. Uma coisa é discutir o que será feito no futuro, se será um parque. Agora, se a União achar que precisamos aumentar o valor do aluguel, ela pode complementar, o governo dá R\$ 400, a Prefeitura R\$ 400 e a União pode acrescentar mais R\$ 400”, declarou o secretário.

Ao todo, 821 famílias vivem na comunidade, somando cerca de 2,5 mil pessoas. 719 famílias iniciaram o processo de adesão voluntária, segundo dados do governo. Dessas, 558 já estão aptas a assinar contratos e receber as chaves assim que as uni-

dades estiverem prontas. Até agora, 496 escolheram o imóvel de destino para atendimento final, mesmo número que já iniciou o processo para recebimento de auxílio-moradia.

A comunidade está localizada entre linhas de trens, em uma área murada, com apenas uma entrada e baixa possibilidade de escoamento. Fica sob o viaduto que interliga as avenidas Rudge e Rio Branco, perto da Estação Júlio Prestes. Na última década, foram registrados dois incêndios de grandes proporções que deixaram mortos e centenas de desabrigados. Tais características inviabilizaram ao longo dos anos as diversas promessas de regularização da área feitas por gestores públicos.

Investigações também apontam que a comunidade é usada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) como uma “fortaleza” para tráfico de droga no centro da cidade. Segundo o Ministério Público do Estado, criminosos utilizam o espaço para vigiar ações da polícia.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, DA SÉRIE ÚNICA, DA 22ª (VIGÉSIMA SEGUNDA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 22ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“Títulos dos CRI”, “CRI”, “Emissão”, “Securitização” ou “Emissora”, respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 11 e seguintes do “Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única da 22ª (vigésima segunda) Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários devidos por Cláudio Henrique de Santi, Cláudia Aparecida Pizzi de Santi, João Bosco de Santi, Valéria Afonso de Santi, Luis Carlos de Santi e Elusa Cristina Malvesto De Santi” (“Termo de Securitização”), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), no que couber, e reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI (“AGT”), em 1ª primeira convocação, a realizar-se no dia 15 de maio de 2025, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Considerando o encerramento do prazo adicional concedido na Assembleia Especial de Investidores, realizada em 16 de dezembro de 2024 (“AGT 16/12/24”), para conclusão e averbação do georreferenciamento do imóvel, aprovar o waiver para não configurar um Evento de Vencimento Antecipado, nos termos da Cláusula 6.1, subitem (v), da Cédula de Crédito Bancário CCB nº 41501185-0; (ii) Caso aprovado o item “i” acima, aprovar a concessão de prazo adicional para conclusão e averbação do georreferenciamento do imóvel de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da formalização da AGT; (iii) Ratificar a anuência concedida pela Securitizadora no Termo de Anuência, que segue na forma do Anexo II à Ata, com a finalidade de regularizar e registrar as coordenadas geográficas que representam os limites do georreferenciamento do imóvel objeto do Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária De Imóvel Em Garantia Sob Condição Suspensiva E Outras Aversões (“Alienação Fiduciária”), registrado sob a matrícula S.2.660, (iv) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail fiduciario@commcor.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto “Documentos para AGT – CRI DE SANTI (22)”, observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente instrução de voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 25 de abril de 2025

Nathalia Machado Loureiro - Diretora de Securitização

TRAMA GOLPISTA

STF diz que Câmara não pode barrar ação contra Ramagem

ANDRÉ RICHTERBRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) enviou ontem um ofício ao presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (foto), para informar que a Casa não pode suspender a íntegra do processo sobre a trama golpista contra o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ).

A comunicação foi enviada pelo presidente da Primeira Turma, ministro Cristiano Zanin, após a republicação da ata do colegiado que tornou réus os acusados do núcleo 1 do processo sobre a tentativa de golpe. Ramagem é o único parlamentar envolvido no caso.

A possibilidade de suspensão de processos contra deputados federais e senadores está prevista na Constituição. Conforme o Artigo 53, a Câmara e o Senado podem suspender uma ação penal contra um parlamentar.

"Recebida a denúncia contra o senador ou deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final,



MARIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

sustar o andamento da ação", diz o dispositivo.

Com base nisso, tramita na Câmara a partir de um pedido do PL, partido de Bolsonaro, um requerimento de suspensão do processo contra Ramagem. Quarta-feira, o deputado Alfredo Gaspar (União-AL) foi escolhido relator do requerimento.

Antes de ser eleito, o deputado Alexandre Ramagem foi diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e acusado de atuar para monitorar ilegalmente autoridades durante o governo Bolsonaro.

CRIMES

No ofício enviado à Câmara, o STF disse que, apesar da

permissão constitucional, somente os crimes que teriam sido cometidos por Ramagem após o mandato podem ser suspensos.

Sendo assim, Ramagem deve continuar a responder pelos crimes de golpe de Estado, organização criminosa armada e tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito.

Estariam sujeitos à suspensão, então, os crimes de dano qualificado pela violência e grave ameaça, contra o patrimônio da União, e com considerável prejuízo para a vítima e deterioração de patrimônio tombado, relacionados aos ataques de 8 de janeiro à Praça dos Três Poderes.

"A Turma determinou para dar ciência à Câmara dos Deputados, nos termos do voto do ministro relator, para aplicação do parágrafo 3º, do artigo 53 da Constituição Federal, tão somente em relação ao réu Alexandre Ramagem e, especificamente, pelos crimes praticados após a diplomação, quais sejam: dano qualificado pela violência e grave ameaça, contra o patrimônio da União, e com considerável prejuízo para a vítima e deterioração de patrimônio tombado" afirmou a Corte.

NOVO MINISTRO

Lula dá posse a Frederico de Siqueira nas Comunicações

SOFIA AGUIAR/AE

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, nomeou e deu posse ontem, ao presidente da Telebras, Frederico de Siqueira Filho, para ser o novo ministro das Comunicações. O nome foi chancelado após o deputado Pedro Lucas Fernandes (União-MA) ter rejeitado o convite do chefe do Executivo para chefiar a pasta.

A decisão do petista de indicar Siqueira Filho à pasta foi tomada na quarta-feira.

De acordo com a Secretaria de Comunicação Social, sua indicação pelo União Brasil foi apresentada a Lula pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), o ex-ministro das Comunicações Juscelino Filho e pelo deputado Pedro Lucas.

Esta é a décima mudança na Esplanada desde o início do terceiro mandato de Lula. Siqueira Filho entrará no posto ocupado anteriormente por Juscelino Filho, que deixou a pasta após ter sido denunciado pela Procuradoria-Geral da

República (PGR) por corrupção com o suposto desvio de emendas parlamentares.

A indicação do chefe da Telebras foi endossada pelo presidente do União Brasil, Antonio Rueda, mas liderada por Alcolumbre.

O novo indicado é descrito como um nome próximo ao senador Efraim Filho (União-PB) e de perfil técnico, por já ter trabalhado na operadora Oi, e não filiado ao União Brasil.

Alcolumbre foi escalado para ser o principal interlocutor em torno da indicação do ministro das Comunicações. Ele já tem como ministro de sua cota o chefe da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes. Integrantes do partido afirmam que a decisão de Alcolumbre foi apresentar a Lula o nome de um técnico, e não de um político de carreira, para ocupar a pasta. Pela lei eleitoral vigente, todos que pretendem ser candidatos no ano que vem precisarão deixar os cargos seis meses antes da eleição (ou seja, em abril do ano que vem).

FRAUDES

Descontos ilegais de aposentados do INSS serão devolvidos

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) não terão mais descontos automáticos para entidades da sociedade civil, mesmo que tenham autorizado a retirada, disse ontem o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinicius Marques de Carvalho. Segundo ele, a devolução dos valores descontados neste mês ocorrerá na próxima folha de pagamento.

"Os recursos descontados dos aposentados que iriam para as associações em maio já não vão para as associações. Esses recursos vão ser retidos e, na próxima folha de pagamento, serão restituídos aos aposentados. Então, já dá para dizer, com muita clareza, que, a partir de agora, nenhum aposentado será descontado da sua folha de pagamento", disse Carvalho em entrevista coletiva no Palácio do Planalto.

Na quarta-feira, o governo havia suspenso todos os convênios com as entidades - associações, sindicatos e confederações - que descontavam automaticamente parte dos benefícios do INSS para financiar serviços. No

entanto, não estava claro o que aconteceria com os valores descontados dos benefícios de maio, que estão sendo pagos a partir desta quinta-feira até 8 de maio.

Segundo Carvalho, nenhum aposentado ou pensionista do INSS será descontado até que as investigações da Operação Sem Desconto acabem e que o governo reorganize um novo marco legal para convênios entre o INSS e entidades da sociedade civil.

"Só depois desse trabalho que vai ser feito, nós teremos uma reorganização disso. E aí sim, aqueles que livremente quiserem se associar e porque entendem que vale a pena para eles, as entidades, que, com certeza, também vão passar por uma avaliação e vão ser consideradas entidades probas, sérias, que merecem a confiança desses aposentados. Aí sim, eles vão ter os descontos que eles pactuarem com as próprias entidades", declarou o ministro da CGU.

HISTÓRICO

Entre 2019 e 2024, essas entidades descontaram R\$ 6,3 bilhões de cerca de 6 milhões de segurados do INSS, mas a par-

la desse montante que decorre de descontos ilegais não foi divulgada. O valor será levantado por um grupo de trabalho a ser montado.

Por meio de convênios com o INSS, o segurado podia ter descontada uma mensalidade por entidades que representam aposentados e pensionistas em troca de benefícios como auxílios funerários, odontológicos e psicológicos; colônias de férias, academia e consultoria jurídica. No entanto, havia queixas de retiradas não autorizadas. Segundo a PF e a CGU, o esquema começou em 2016, intensificou-se em 2019 e ganhou força em 2022, quando uma instrução normativa simplificou o fechamento de convênios.

RESSARCIMENTO

Quanto ao ressarcimento dos valores indevidamente descontados, Carvalho informou que não pode dar prazo, porque o governo precisa passar um pente-fino em todos os descontos, o que dependerá do levantamento a ser executado por um grupo de trabalho que será montado.

"Não tem como dar prazo para quando aposentados descontados ilegalmente serão restitu-

dos. Aqueles aposentados que tiveram ilegalmente os descontos, nós, governo federal, vamos garantir a restituição", declarou o ministro da CGU.

Débora Floriano ressaltou que nem todos os valores descontados dos 6 milhões de segurados são irregulares e reiterou que as retiradas indevidas serão ressarcidas. "Não conseguimos precisar quais descontos são irregulares. A ação de ressarcimento faz parte de um plano que será apresentado oportunamente", explicou a diretora do INSS.

AGU

Em vídeo nas redes sociais, o advogado-geral da União, Jorge Messias, disse que os trabalhos do órgão se concentrarão em duas frentes: colaborar com o INSS para eliminar as fragilidades nos convênios e assegurar o ressarcimento dos valores com comprovação de descontos indevidos.

"Toda vítima que for identificada, tendo prejuízo apurado e comprovado, nós vamos estar ao lado das vítimas para que, de fato, os recursos dessa fraude bilionária sejam ressarcidos", disse Messias.

EUA

'Abominável', diz Lula sobre visto com gênero masculino para Erika

LUCAS KESKE/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) classificou como "abominável" o episódio em que o visto americano da deputada Erika Hilton (PSOL-SP) foi expedido com identificação de gênero masculino. O presidente esteve com a parlamentar em cerimônia no Palácio do Planalto para sanção de projetos de lei sobre direitos das mulheres, ontem.

"Quem tem o direito de discutir o que essa mulher é o Brasil e é ela sobretudo, é a ciência, não é o decreto do Trump", disse Lula. O presidente acrescentou o episódio como um caso de "ingerência da embaixada americana no documento de uma deputada brasileira". Lula ainda cobrou que o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, divulgue um posicionamento oficial sobre o tema.

RELEMBRE O CASO

Como mostrado pelo Esta-

dão, a deputada federal Erika Hilton afirmou ter recebido o seu visto para ingresso nos Estados Unidos da América identificada como pessoa do gênero masculino, no último dia 16. A parlamentar classificou o ocorrido como um caso de transfobia e disse que vai acionar a Organização das Nações Unidas (ONU) contra o governo dos EUA.

Ela iria ao País para participar da Brazil Conference, evento organizado pela comunidade brasileira da Universidade de Harvard e do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), mas desistiu da viagem devido à situação.

A deputada Duda Salabert também afirmou que teve seu gênero alterado para masculino em seu visto. A parlamentar afirmou que o episódio é um "desrespeito à soberania do Brasil e aos direitos humanos mais básicos". Seu caso veio à tona no dia seguinte à publicação de Erika.

EXTRADIÇÃO

Moraes revoga prisão domiciliar de búlgaro

LUCAS KESKE/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), revogou a decisão em que havia concedido prisão domiciliar ao cidadão búlgaro cujo processo de extradição pedido pela Espanha foi suspenso na última semana. Moraes paralisou o processo de Vasil Georgiev Vasilev depois de o país negar a extradição do blogueiro bolsonarista Oswaldo Eustáquio, foragido desde 2023.

"A ausência de endereço fixo do extraditando no Brasil, impossibilitando a efetivação da prisão domiciliar, cumulada com as demais medidas cautelares impostas, implica na manutenção da prisão preventiva", escreveu Moraes na decisão.

A revogação foi assinada em 18 de abril, após o ministro constatar que Vasilev não tem endereço fixo no Brasil, o que impedi-

ria a prisão domiciliar. Com isso, Moraes decidiu manter a prisão do búlgaro em uma penitenciária de Ponta Porã (MS). A decisão foi publicada na última quarta-feira.

Segundo Moraes, a manutenção do processo de extradição não serve só como requisito ao trâmite do pedido de extradição, mas também "para evitar possível fuga do extraditando".

O ministro decidiu suspender a extradição de Vasil Georgiev Vasilev como resposta à negativa de extradição de Eustáquio, pelo governo da Espanha. Para o ministro, a decisão espanhola feriu o princípio da reciprocidade do tratado de extradição vigente entre as nações.

Eustáquio é investigado no Brasil por crimes como ameaça, perseguição, incitação ao crime, associação criminosa e tentativa de abolir, por meios violentos, o Estado Democrático de Direito.

SALÁRIOS DO JUDICIÁRIO

Organizações pedem veto de Lula a 'jabuti' que reduz transparência

WESLEY GALZO/AE

Um grupo formado por 12 instituições da sociedade civil enviou uma carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na última quarta-feira, com argumentos para que ele veto os trechos do projeto de lei sobre crimes hediondos contra autoridades do Poder Judiciário que podem restringir a transparência dos salários de juízes, procuradores, defensores públicos e oficiais de Justiça.

As organizações afirmam no documento que, embora o projeto tenha "disposições meritórias" voltadas a proteger os agentes pú-

blicos, "constituem um 'jabuti' legislativo cuja finalidade real é criar obstáculos à transparência sobre a remuneração de membros do Poder Judiciário e do Ministério Público".

Como mostrou o Estadão, o projeto aprovado pelo Congresso e enviado para sanção presidencial contém uma brecha que pode ser usadas pelas instituições para restringir, limitar ou vetar o acesso a informações dos contracheques sob o argumento os dados são pessoais e colocam em risco a integridade desses servidores quando divulgados.

"Trata-se de uma manobra le-

gislativa que, na prática, reforça o uso equivocado e oportunista da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) como instrumento de restrição ao direito de acesso à informação - direito este consagrado pela Constituição Federal", diz o documento enviado a Lula. "A sanção desses dispositivos agravará ainda mais esse cenário, comprometendo o controle social e a fiscalização cidadã dos gastos públicos", completou.

Assimam o documento o Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, a Fiquem Sabendo, a Open Knowledge Brasil, A Transparência Brasil, a Abraji, o

Justa, a República.Org, o Movimento Pessoas à Frente, o Livres, o Centro de Liderança Pública, a Transparência Internacional Brasil e o Instituto OPS.

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), cuja função é fiscalizar a aplicação da LGPD, enviou na última terça-feira, 22, parecer ao Ministério da Justiça a favor do veto dos artigos A ANPD já havia se manifestado contrariamente em nota técnica apresentada ao Congresso durante a tramitação do projeto sob a justificativa de que os jabutis incluídos no projeto "não dialogam com a lógica impressa na LGPD".

CASO MARIELLE

Câmara cassa mandato do deputado Chiquinho Brazão

AGÊNCIA CÂMARA



ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados declarou ontem a perda do mandato do deputado federal Chiquinho Brazão (Sem partido-RJ) (foto), um dos réus acusados de atuar como mandante do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, em 2018.

A decisão foi publicada no Diário Oficial da Câmara e justificada com base no artigo da Constituição que determina a perda do mandato do parlamentar que "deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa".

Em função das investigações, Brazão foi preso em março do ano passado e deixou a cadeia no início deste mês após o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, conceder prisão domiciliar ao deputado.

Na decisão, Moraes concordou com o relatório médico apresentado pelo presídio de Campo Grande. Segundo os médicos, Brazão possui "delicada condição de saúde" e tem "alta possibilidade de sofrer mal súbito com risco elevado de morte".

Além de Chiquinho Brazão, o irmão dele, o conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCE-RJ) Domingos Brazão, e o ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Rivaldo Barbosa, são réus no caso Marielle Franco. Eles estão presos em presídios federais.

De acordo com a investigação da Polícia Federal, o assassinato de Marielle está relacionado ao posicionamento contrário da parlamentar aos interesses do grupo político liderado pelos irmãos Brazão, que têm ligação com questões fundiárias em áreas controladas por milícias no Rio.

Moraes mantém prisão de Brazão e Rivaldo Barbosa

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu manter a prisão de dois acusados de serem mandantes no assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, em 2018. A íntegra do despacho ainda não foi divulgada.

Na decisão proferida ontem, Moraes manteve a prisão preventiva do conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCE-RJ) Domingos Brazão e do ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro Rivaldo Barbosa. Eles estão presos desde março do ano passado em presídios federais.

Os pedidos de soltura foram feitos após a decisão do ministro que concedeu prisão domiciliar a outro acusado pelo assassinato da vereadora, o deputado federal Chiquinho Brazão (Sem partido-RJ).

De acordo com a investigação realizada pela Polícia Federal, o assassinato de Marielle

está relacionado ao posicionamento contrário da parlamentar aos interesses do grupo político liderado pelos irmãos Brazão, que têm ligação com questões fundiárias em áreas controladas por milícias no Rio. Desde o início das investigações, os acusados negam participação no crime.

No início deste mês, o ministro Alexandre de Moraes concedeu prazo de 30 dias para apresentação das alegações finais na ação penal que trata do assassinato de Marielle.

As alegações finais fazem parte da última etapa antes do julgamento do processo. O prazo deverá ser cumprido pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e as defesas dos réus.

Após a entrega das manifestações, Moraes vai elaborar o voto sobre a questão e marcar a data do julgamento, que vai definir pela condenação ou absolvição dos acusados.

O caso pode ser julgado pela Corte no segundo semestre deste ano.

CAXEMIRA

Paquistão retalia a Índia, e crise por atentado se agrava

As tensões entre a Índia e o Paquistão escalaram acentuadamente ontem, quando o governo paquistanês anunciou uma série de medidas retaliatórias, incluindo o fechamento de sua fronteira e também de seu espaço aéreo para companhias aéreas indianas, um dia após a Índia culpar e punir o Paquistão por um atentado na Caxemira.

Após uma reunião de alto nível do Comitê de Segurança Nacional do Paquistão, o governo anunciou que, além de interromper todo o trânsito indiano para o Paquistão, ordenaria que a Índia reduzisse seu pessoal diplomático em Islamabad e suspendeu todo o comércio com a Índia.

O governo indiano não identificou oficialmente nenhum grupo como estando por trás do ataque de terça-feira em uma área turística da Caxemira administrada pela Índia que deixou 26 mortos. Mas anunciou uma enxurrada de medidas punitivas contra o Paquistão na quarta-feira, incluindo a suspensão de um importante tratado sobre água, em resposta ao que disse ser o apoio do Paquistão a ataques terroristas dentro da Índia.

Ontem, a liderança civil e militar de alto nível do Paquistão

chamou as ações da Índia - que incluíram a revogação de vistos para paquistaneses e uma degradação dos laços diplomáticos - de "unilaterais, politicamente motivadas e juridicamente nulas".

Em uma declaração sobre a suspensão do tratado de água pela Índia, o Paquistão advertiu que qualquer tentativa de bloquear ou desviar os fluxos para o Paquistão seria "considerada um ato de guerra". O Paquistão depende da água do sistema fluvial do rio Indo, que flui pela Índia, para cerca de 90% de sua agricultura.

O tratado, intermediado pelo Banco Mundial em 1960, há muito era visto como um raro pilar de estabilidade no Sul da Ásia, um quadro que perdurou mesmo através de guerras em grande escala. Seu desenrolar agora marca uma ruptura com um enorme peso simbólico e estratégico.

Antes da reunião do comitê de segurança, o governo paquistanês havia adotado um tom comedido depois que homens armados mataram mais de duas dúzias de civis indianos na Caxemira na terça-feira, 22, insistindo que não tinha interesse em ver as tensões com a Índia escalar.

Mas em todo o Paquistão, as

pessoas estão assistindo com crescente preocupação à medida que autoridades indianas insistem a possibilidade de ataques militares, e os canais de televisão têm sido preenchidos com análises de defesa alertando sobre consequências imprevisíveis se as hostilidades entre os vizinhos armados com armas nucleares intensificarem.

O ataque na Caxemira, uma região reivindicada por ambos os países e sobre a qual lutaram guerras, desencadeou um padrão já conhecido.

A mídia indiana, que está em grande parte alinhada com o governo do primeiro-ministro Narendra Modi, rapidamente apontou o dedo para o Paquistão. Islamabad negou envolvimento e acusou a Índia de tentar desviar a atenção de falhas de segurança na região.

O último ataque nesta escala na parte indiana da Caxemira ocorreu em 2019, quando dezenas de pessoal de segurança indiano foram mortos. Após esse episódio, a Índia lançou uma batalha aérea que parou pouco antes de uma guerra total.

Alguns analistas paquistaneses alertam que a confrontação atual poderia se intensificar além do impasse de 2019. "A escalada indiana já começou ontem à noite e será em uma escala

maior que a de fevereiro de 2019", disse Syed Muhammad Ali, um analista de segurança em Islamabad, na quarta-feira.

Ele afirmou que a Índia estava usando o ataque para buscar solidariedade com os Estados Unidos e aliviar as tensões sobre a ameaça de tarifas do presidente Donald Trump, bem como para reenquadrar o impulso pela independência na Caxemira como um movimento terrorista.

Até quarta-feira, 23, oficiais paquistaneses disseram que não viram evidências de uma mobilização militar indiana. Eles disseram que o Exército paquistanês permaneceu alerta ao longo da Linha de Controle que separa as partes administradas pela Índia e pelo Paquistão na Caxemira.

Um alto oficial de segurança paquistanês, falando sob condição de anonimato para discutir assuntos diplomáticos e militares sensíveis, disse que o Paquistão aborceria qualquer escalada "olho por olho" com cuidado, mas frustraria incursões pela Índia, caso ocorressem.

Alguns analistas militares e oficiais atuais e antigos acusaram a Índia de encenar o ataque, notando que ocorreu enquanto o vice-presidente americano, J.D. Vance, estava visitando a Índia

BOMBARDEIOS A KIEV

Trump critica ataques da Rússia e faz pedido para encerrar guerra

LAÍS ADRIANA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, criticou os bombardeios da Rússia na capital da Ucrânia, Kiev, na madrugada de ontem, fazendo um pedido direto ao presidente russo, Vladimir Putin, para encerrar a guerra. "Não foi necessário, e aconteceu em um momento horrível. Vladimir, PARE! Cinco mil soldados por semana estão morrendo. Vamos

concluir esse acordo de paz!", escreveu o republicano, na Truth Social.

Uma crítica direta de Trump sobre Putin é incomum. Desde o início das negociações, o presidente norte-americano defendeu que há interesse da contraparte russa em conquistar a paz na região, apesar de reiterados alertas do presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, e de autoridade europeias.

No período da madrugada, a Rússia atacou Kiev por horas com drones e mísseis balísticos, matando pelo menos nove pessoas e deixando outras 70 feridas, no ataque mais mortal à capital ucraniana desde julho do ano passado.

Zelensky adiou sua viagem oficial na África do Sul e voltou para o país. O presidente ucraniano lembrou a repórteres que aceitou o cessar-fogo proposto pelos EUA 44 dias atrás para

negociar um acordo de paz, mas que a Rússia ainda continua seus ataques.

A chefe de Relações Exteriores da União Europeia (UE), Kaja Kallas, disse que o ataque ressaltou que o principal obstáculo para o fim da guerra é a Rússia. "Enquanto alegava buscar a paz, a Rússia lançou um ataque aéreo mortal contra Kiev", escreveu ela nas redes sociais. "Isso não é uma busca pela paz, é uma zombaria dela."

Trump cita possíveis sanções contra Rússia, mas espera acordo para fim da guerra

ISABELLA PUGLIESE VELLANI/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou que está colocando muita pressão contra a Rússia e que "coisas acontecerão" ao ser questionado sobre novas sanções ao país, após a ofensiva russa realizada na madrugada de ontem, contra a Ucrânia. "Não fiquei feliz com o ataque. Eu preferiria responder à

pergunta sobre as sanções à Rússia em uma semana", disse na Casa Branca ainda nesta quinta.

Trump, no entanto, mencionou que um acordo entre Rússia e Ucrânia está perto de ser alcançado e que por mais que acredite ser "difícil" que os ucranianos reconquistem a Crimeia, "o melhor será feito" trabalhando juntos. "Eu não acho que a Rússia é um obstáculo para a paz. A Rússia se ofereceu

para parar a guerra e fez grandes concessões não tomar toda a Ucrânia", acrescentou.

Ao lado do primeiro-ministro norueguês, Jonas Gahr Støre, o republicano disse que os dois países querem acabar com a guerra na Europa Oriental rapidamente e que os próximos dias serão importantes, além de ressaltar a importância da Noruega e da Groelândia para a paz internacional.

"O engajamento dos EUA é importante para terminar a guerra. O conflito é ruim para a Europa e para o mundo. Teremos paz", disse Støre.

O secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, estava presente no encontro entre os líderes e disse que a guerra Rússia-Ucrânia "é terminável e ataques mostram que é importante encerrá-la".

DIPLOMACIA

Governo do Irã busca diálogo com França, Alemanha e Reino Unido

PEDRO LIMA/AE

O ministro das Relações Exteriores do Irã, Seyed Abbas Araghchi, afirmou que as relações com os países europeus do E3 (França, Alemanha e Reino Unido) estão em um momento de tensão, mas se disse disposto a retomar o diálogo. Em publicação no X, o chanceler iraniano criticou a postura das nações europeias e declarou que a iniciati-

va agora está nas mãos delas.

"As relações com o E3 têm tido altos e baixos na história recente. Gostem ou não, atualmente estão em baixa. Por quê? Cada lado tem sua própria narrativa. Para mim, E3 (França, Alemanha e Reino Unido) estão em um momento de tensão, mas se disse disposto a retomar o diálogo. Em publicação no X, o chanceler iraniano criticou a postura das nações europeias e declarou que a iniciati-

va agora está nas mãos delas. "As relações com o E3 têm tido altos e baixos na história recente. Gostem ou não, atualmente estão em baixa. Por quê? Cada lado tem sua própria narrativa. Para mim, E3 (França, Alemanha e Reino Unido) estão em um momento de tensão, mas se disse disposto a retomar o diálogo. Em publicação no X, o chanceler iraniano criticou a postura das nações europeias e declarou que a iniciati-

va agora está nas mãos delas. "As relações com o E3 têm tido altos e baixos na história recente. Gostem ou não, atualmente estão em baixa. Por quê? Cada lado tem sua própria narrativa. Para mim, E3 (França, Alemanha e Reino Unido) estão em um momento de tensão, mas se disse disposto a retomar o diálogo. Em publicação no X, o chanceler iraniano criticou a postura das nações europeias e declarou que a iniciati-

va agora está nas mãos delas. "As relações com o E3 têm tido altos e baixos na história recente. Gostem ou não, atualmente estão em baixa. Por quê? Cada lado tem sua própria narrativa. Para mim, E3 (França, Alemanha e Reino Unido) estão em um momento de tensão, mas se disse disposto a retomar o diálogo. Em publicação no X, o chanceler iraniano criticou a postura das nações europeias e declarou que a iniciati-

va agora está nas mãos delas. "As relações com o E3 têm tido altos e baixos na história recente. Gostem ou não, atualmente estão em baixa. Por quê? Cada lado tem sua própria narrativa. Para mim, E3 (França, Alemanha e Reino Unido) estão em um momento de tensão, mas se disse disposto a retomar o diálogo. Em publicação no X, o chanceler iraniano criticou a postura das nações europeias e declarou que a iniciati-

LUXO

Rio ganha primeiro prédio assinado por escritório da Ferrari

O escritório de arquitetura Pininfarina, o mesmo responsável pelos carros da Ferrari, assina seu primeiro projeto no Rio de Janeiro. O edifício, de 20 unidades, terá imóveis que vão de 450 metros quadrados a 1.100 metros quadrados. O mais caro deles, a cobertura, custará R\$ 80 milhões, e já tem procura antecipada, sobretudo de empresários, segundo a Origem Incorporadora, responsável pelo lançamento.

O Pininfarina já tem vários projetos em São Paulo. Um dos mais recentes será lançado em junho deste ano pela Cyrela e ficará em Pinheiros, na esquina da rua Joaquim Antunes com a avenida Rebouças. Ele promete ser o residencial mais alto da capital paulista, com 210 metros.

O primeiro projeto do Pininfarina no Rio está previsto para ser lançado no segundo semestre deste ano. O edifício ficará na Barra da Tijuca e terá Valor Geral de Vendas (VGV) de R\$ 600 mi.

Apesar de ser um valor alto, de cerca de R\$ 72,2 mil o metro quadrado, o edifício Atto não estará entre os mais caros da capital fluminense. A lista inclui outros, como alguns imóveis do Juan Les Pins Leblon, onde o metro quadrado chega a R\$ 83,3 mil. Outro caso é o do edifício Cap Ferrat, na avenida Vieira Souto, onde o metro quadrado chega a R\$ 109 mil. Uma cobertura triplex de 1.500 metros quadrados na avenida Delfim Moreira, no Leblon, está à venda por R\$ 120 milhões.